



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SAÚDE - SESAB
DIRETORIA DE GESTÃO DO CUIDADO - DGC

LINHAS DE CUIDADO, POLÍTICAS E PROGRAMAS ACOMPANHADOS PELA DGC E SUA RELAÇÃO COM APS					
Temática	Descrição	Objetivo Na Perspectiva da APS	Portarias e Documentos Orientadores	Financiamento	Dicas que Valem Ouro
Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde da Bahia (PEPICS-BA)	Alinhada à Política Nacional, a PEPICS-BA incorpora as 29 modalidades de práticas integrativas e complementares, através de 36 procedimentos oferecidos pelo SUS. O gestor poderá ofertar em seu município as atividades, com respaldo das Políticas Nacional e Estadual de PICS.	Ampliar o acesso às PICS no SUS, na perspectiva da compreensão holística em todos os níveis de atenção (promoção, prevenção de agravos e recuperação da saúde) para a população do estado da Bahia.	Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde na Bahia (PEPICS-BA) Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC)		Tecnologia leve, de baixíssimo custo e alta efetividade. Recursos para promoção de saúde e prevenção de agravos com possibilidade de associação à outras terapêuticas.
Política Nacional de Saúde Bucal	O Brasil Sorridente preconiza a reorganização do acesso à saúde bucal na Atenção Primária, principalmente com a implantação das equipes de Saúde Bucal (eSB) na Estratégia Saúde da Família (ESF) e das Unidades Odontológicas Móveis (UOM).	Garantir as ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal dos brasileiros, entendendo que esta é fundamental para a saúde geral e para a qualidade de vida da população.	Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente Política Nacional de Saúde Bucal na APS	O MS disponibiliza o recurso de implantação de R\$ 7.000,00 (parcela única) para esse investimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Recurso de custeio: Modalidade I: R\$ 2.453,00/mês	A ausência de vinculação, ou a vinculação incorreta, ou a vinculação da eSB à uma eSF/eAP não credenciada e/ou não homologada pelo Ministério da Saúde acarretará na perda de recurso financeiro. Para solicitar o credenciamento de eSB 20, 30 e 40



LINHAS DE CUIDADO, POLÍTICAS E PROGRAMAS ACOMPANHADOS PELA DGC E SUA RELAÇÃO COM APS					
Temática	Descrição	Objetivo Na Perspectiva da APS	Portarias e Documentos Orientadores	Financiamento	Dicas que Valem Ouro
				Modalidade II: R\$ 3.278,00/mês. Adicional de 50% sobre os valores de custeio mensal para as equipes que atendam residentes em assentamentos ou remanescentes de quilombo dos municípios constantes na Portaria GM/MS nº 822, de 17 de abril de 2006 e na Portaria GM/MS nº 90, de 17 de janeiro de 2008.	horas, o município deve cadastrar a solicitação por meio do sistema Gerencia APS no e-Gestor conforme orientações descritas na Nota Técnica nº 282/2023-COCH/CGFAP/SAPS/MS .



LINHAS DE CUIDADO, POLÍTICAS E PROGRAMAS ACOMPANHADOS PELA DGC E SUA RELAÇÃO COM APS					
Temática	Descrição	Objetivo Na Perspectiva da APS	Portarias e Documentos Orientadores	Financiamento	Dicas que Valem Ouro
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC)	A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) abrange os cuidados com a criança desde a gestação até os 9 anos de idade, com especial atenção à primeira infância e às populações de maior vulnerabilidade, visando à redução da morbimortalidade e um ambiente facilitador à vida com condições dignas de existência e pleno desenvolvimento	Promover e proteger a saúde da criança e o aleitamento materno	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) <u>Caderneta de Saúde da Criança</u> <u>Saúde da criança: aleitamento materno</u>		Primeira Semana Saúde Integral: Deve-se fazer avaliação geral da criança; identificação da criança de risco ao nascer; avaliação da saúde da puérpera; avaliação e identificação da alimentação; avaliação e orientação para o aleitamento materno – ressaltar a importância do aleitamento materno por 2 anos; coleta do teste do pezinho (do terceiro ao quinto dia de vida); aplicação das vacinas (BCG e contra hepatite para o recém-nascido (caso não tenha sido feito na maternidade), agendamento de consulta para o recém-nascido e para a puérpera (30 dias após o parto).
Política Estadual de Atenção Integral à	A Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PEAISM) considera o	Oferta de ações de promoção, prevenção e de recuperação da saúde, abordando a	<u>Política Estadual de Atenção Integral à Saúde das Mulheres no Estado da Bahia</u>		É essencial que as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e as Unidades de Saúde da



LINHAS DE CUIDADO, POLÍTICAS E PROGRAMAS ACOMPANHADOS PELA DGC E SUA RELAÇÃO COM APS					
Temática	Descrição	Objetivo Na Perspectiva da APS	Portarias e Documentos Orientadores	Financiamento	Dicas que Valem Ouro
Saúde da Mulher (PEAISM)	enfoque de gênero; os recortes raciais, étnicos, sociais e a incorporação de grupos de mulheres em situações específicas; define as diretrizes e principais estratégias para a atenção às mulheres; e respeita a diversidade dos 417 municípios baianos, tanto em suas especificidades epidemiológicas, quanto nos diferentes níveis de organização dos sistemas de saúde locais.	atenção à saúde da mulher de forma integral.	(PEAISM) Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM)		Família (USF) implementem fluxos claros para acolher, promover, prevenir e recuperar a saúde das mulheres. Cada visita de uma mulher à unidade deve ser vista como uma oportunidade para um acompanhamento integral. A saúde feminina não deve ser abordada de maneira fragmentada; é fundamental garantir que todas tenham acesso a um atendimento completo e contínuo.
Programa Estadual de Triagem Pré-Natal em papel filtro	O Programa Estadual de Triagem Pré-natal (PTPN) tem como objetivo triar doenças que podem comprometer a saúde materno-infantil no período pré-natal, utilizando a tecnologia	O Programa Estadual de Triagem Pré-Natal em Papel Filtro, na Atenção Básica, tem como objetivo identificar precocemente doenças em	Credenciamento - Edital Triagem Pré-Natal		Capacitar os profissionais que realizarão a coleta; Viabilizar o recolhimento das amostras e envio dos resultados no prazo



LINHAS DE CUIDADO, POLÍTICAS E PROGRAMAS ACOMPANHADOS PELA DGC E SUA RELAÇÃO COM APS					
Temática	Descrição	Objetivo Na Perspectiva da APS	Portarias e Documentos Orientadores	Financiamento	Dicas que Valem Ouro
	da análise do sangue seco. Esta tecnologia possibilita a adoção de medidas que minimizem os efeitos destas e/ou evitem a transmissão vertical, da mãe para o bebê. Além de triar a doença genética mais prevalente no estado da Bahia, a Doença Falciforme.	gestantes, como sífilis e HIV, através de uma coleta simples de sangue. Isso permite intervenções rápidas, prevenindo complicações para a mãe e o bebê, e integrando o cuidado pré-natal ao sistema de saúde, melhorando a qualidade do atendimento.			previsto de 06 dias úteis; Realizar Busca Ativa (reconvocação) das gestantes com resultados alterados e garantir a realização dos exames confirmatórios com liberação dos resultados, em no máximo 06 dias úteis;
Linha de Cuidado para Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e Suas Famílias em Situação de Violências (LCV)	As equipes de Atenção Primária à Saúde (APS) têm a responsabilidade de realizar acolhimento e ações educativas e preventivas relacionadas ao uso abusivo de álcool e outras drogas. Além disso, devem garantir acesso a exames complementares, fornecer medicamentos básicos e prestar atendimento, especialmente	Na Atenção Primária à Saúde (APS), os profissionais devem aproveitar os momentos de proximidade com as famílias para interromper ciclos de violência presentes nas dinâmicas familiares. Observando com atenção as interações sutis entre os membros da família,	Linha de Cuidado para Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências		Capacite a equipe para identificar e tratar casos de violência. Crie fluxos integrados entre saúde, assistência social e educação. Garanta sigilo e privacidade das vítimas. Promova ações educativas sobre prevenção da violência. Realize



LINHAS DE CUIDADO, POLÍTICAS E PROGRAMAS ACOMPANHADOS PELA DGC E SUA RELAÇÃO COM APS					
Temática	Descrição	Objetivo Na Perspectiva da APS	Portarias e Documentos Orientadores	Financiamento	Dicas que Valem Ouro
	orientando mães e cuidadores sobre a saúde sexual e reprodutiva de crianças e adolescentes. O acompanhamento dos casos pode ocorrer nas unidades de saúde, em domicílio ou por meio de encaminhamentos para unidades especializadas. Também é função das equipes promover ações de prevenção à violência e incentivo à cultura de paz em diversos contextos sociais.	podem promover a valorização dos pequenos momentos cotidianos, fortalecendo vínculos saudáveis e a prática de valores essenciais. Esse processo se inicia no atendimento, onde a relação entre o profissional de saúde e a família é fundamental para promover o bem-estar e a saúde integral.			encaminhamentos e acompanhamento contínuo das vítimas. Fortaleça a rede de apoio com Conselhos Tutelares e outros órgãos. Monitore e avalie constantemente os resultados. Incentive políticas públicas e protocolos locais. Envolve a comunidade na prevenção e proteção. Ofereça suporte psicológico às vítimas e famílias.
Atenção à Saúde das Pessoas em Situação de Violência Sexual	A violência sexual é um fenômeno complexo que afeta tanto a vida individual quanto a coletiva, exigindo uma atuação integrada entre diferentes setores. Reconhecida como um	A APS é uma das principais formas de acesso à saúde, fazendo parte do território e cotidiano da vida das pessoas adscritas nas unidades de saúde. A	Portaria 1.356/2006; Artigo 217-A do Código Penal; Portaria 104/2011; Norma Técnica		Considerando os diversos atravessamentos dessa temática, é necessário entender que a atuação do setor saúde necessita se alinhar com a rede



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SAÚDE - SESAB
DIRETORIA DE GESTÃO DO CUIDADO - DGC

LINHAS DE CUIDADO, POLÍTICAS E PROGRAMAS ACOMPANHADOS PELA DGC E SUA RELAÇÃO COM APS					
Temática	Descrição	Objetivo Na Perspectiva da APS	Portarias e Documentos Orientadores	Financiamento	Dicas que Valem Ouro
	problema de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde desde 2002, a questão mobiliza o setor de saúde para intervenções abrangentes. As Portarias 485 e 618 de 2014 reformulam o funcionamento dos Serviços Especializados de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual no SUS, estabelecendo diretrizes para a implementação desse atendimento nos diversos serviços já existentes, incluindo a Atenção Primária à Saúde, em conformidade com as Normas Técnicas.	relação de vínculo, cuidado e longitudinalidade possibilita corresponsabilização na atenção à saúde. Neste contexto, se torna local estratégico e privilegiado para identificação precoce de violências, viabilizando a interrupção de ciclos de opressão.	Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes (2012); Portaria 485/2014; Portaria 681/2014; Instrutivo de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada (2016);		de atenção intersetorial. Deste modo, sugere-se conhecer e fortalecer os serviços de atenção e cuidado, firmando parcerias e fluxos integrados. Para mais informações, acesse o site da SESAB https://www.saude.ba.gov.br/atencao-a-saude/abortolegal/ e também assista as Webpalestras disponíveis sobre o tema no Telessaúde.



LINHAS DE CUIDADO, POLÍTICAS E PROGRAMAS ACOMPANHADOS PELA DGC E SUA RELAÇÃO COM APS					
Temática	Descrição	Objetivo Na Perspectiva da APS	Portarias e Documentos Orientadores	Financiamento	Dicas que Valem Ouro
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISPH)	Fortalecer a atenção primária para promover a saúde e prevenir doenças evitáveis, pois a resistência masculina em adotar medidas de prevenção não apenas sobrecarrega o sistema, mas também provoca sofrimento físico e emocional para os pacientes e suas famílias, afetando a qualidade de vida.	facilitar e ampliar o acesso da população masculina aos serviços de saúde, contribuindo para a redução das causas de morbimortalidade e atuação nos aspectos socioculturais. Eixos Prioritários: Acesso e Acolhimento; Saúde Sexual e Reprodutiva; Paternidade e Cuidado; Prevenção de Violências e Acidentes e Principais Agravos/Condições Crônicas.	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem Guia do Pré-Natal do Parceiro para Profissionais de Saúde Guia de Saúde do Homem para Agente Comunitário de Saúde (ACS)		Muitos homens acessam o sistema de saúde pela atenção especializada, o que pode agravar suas condições e aumentar os custos para o SUS. O pré-natal do parceiro visa incluir ativamente os homens no acompanhamento da gravidez, incentivando sua participação no cuidado da parceira e do bebê. Além disso, promove a saúde do homem, oferecendo exames preventivos, atualização de vacinas e diagnóstico precoce de doenças.
Política Estadual de Saúde da Pessoa Idosa - PESPI	No âmbito da APS as equipes de Atenção Básica (eAB) e de Saúde da Família (eSF) são responsáveis pela	Promover, manter e recuperar a autonomia e a independência dos indivíduos idosos, direcionando medidas	Política Estadual da Pessoa Idosa		A avaliação multidimensional na Atenção Básica é essencial para organizar o cuidado à



LINHAS DE CUIDADO, POLÍTICAS E PROGRAMAS ACOMPANHADOS PELA DGC E SUA RELAÇÃO COM APS					
Temática	Descrição	Objetivo Na Perspectiva da APS	Portarias e Documentos Orientadores	Financiamento	Dicas que Valem Ouro
Linha de Cuidado para Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa	primeira abordagem e avaliação multidimensional das pessoas idosas em seus territórios. Independentemente do ponto de entrada na Rede de Atenção à Saúde (RAS), cabe à Atenção Básica iniciar e coordenar o cuidado integral à pessoa idosa, garantindo uma avaliação completa de suas condições funcionais.	coletivas e individuais de saúde, em consonância com os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde	Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa Orientação para implantação da Linha de Cuidado Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa Saúde da Pessoa Idosa		saúde da pessoa idosa, podendo ser realizada com o uso da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa e sua ficha espelho.
Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da População Negra (PNSIPN)	A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) foi instituída como uma resposta às desigualdades em saúde que acometem esta população e o reconhecimento de que as suas condições de vida resultam de injustos processos sociais,	Na perspectiva da Atenção Básica, que é a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), o objetivo da PNSIPN é garantir o acesso equitativo e qualificado aos serviços de saúde para a população negra, levando em	Política Estadual de Atenção à Saúde da População Negra - PNSIPN		Reduzir as desigualdades raciais no acesso aos serviços de saúde; Promoção da equidade racial; Fortalecimento da vigilância em saúde; Atenção às doenças prevalentes na população negra



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SAÚDE - SESAB
DIRETORIA DE GESTÃO DO CUIDADO - DGC

LINHAS DE CUIDADO, POLÍTICAS E PROGRAMAS ACOMPANHADOS PELA DGC E SUA RELAÇÃO COM APS					
Temática	Descrição	Objetivo Na Perspectiva da APS	Portarias e Documentos Orientadores	Financiamento	Dicas que Valem Ouro
	culturais e econômicos. A história do País, construída sobre as bases da desigualdade, reservou para a população negra o lugar das classes sociais mais pobres e de condições mais precárias, que tem no racismo velado seu principal entrave nas políticas de igualdade e ações positivas.	consideração suas especificidades sociais, culturais e epidemiológicas.			
Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a partir do					
Linha de Cuidado à Saúde Integral das Pessoas com Albinismo	Estabelece a sua rede de atenção, tendo como base, a atenção básica e definindo o sistema de referência e contra-	A importância do cuidado à saúde das pessoas com albinismo atravessa a barreira da	Saúde da Pessoa com Albinismo - BA PORTARIA SESAB Nº. 160, 10 DE		É de extrema importância a identificação e mapeamento das pessoas com



LINHAS DE CUIDADO, POLÍTICAS E PROGRAMAS ACOMPANHADOS PELA DGC E SUA RELAÇÃO COM APS					
Temática	Descrição	Objetivo Na Perspectiva da APS	Portarias e Documentos Orientadores	Financiamento	Dicas que Valem Ouro
	referência para média e alta complexidade;	invisibilidade social, da deficiência e diferença, sendo extremamente necessário o acesso às informações em diversos setores públicos envolvendo, além dos serviços e processos específicos da saúde, os setores da educação e demais, garantindo a integralidade do cuidado no cotidiano dessas pessoas	MARÇO DE 2022 Nota Técnica nº 11/2021		albinismo no seu território para assim planejar a oferta de cuidados.
Política Estadual de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme	A Política Estadual de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme busca identificar e oferecer assistência a indivíduos com traço ou com a doença, incluindo aconselhamento genético, medicamentos, educação em saúde, tratamentos e exames,	O objetivo da Atenção Básica na Política Estadual de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme é garantir um cuidado integral e contínuo para indivíduos com traço ou com a doença.	Política Estadual de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme Nota Técnica - Notificação Compulsória Doença Falciforme Saúde da População com Doença		Identificação Precoce: Detectar casos da Doença e traço falciforme; Oferecer acompanhamento regular para monitorar a saúde e prevenir complicações; Acesso a Tratamentos e aconselhamento Genético; Promoção



LINHAS DE CUIDADO, POLÍTICAS E PROGRAMAS ACOMPANHADOS PELA DGC E SUA RELAÇÃO COM APS					
Temática	Descrição	Objetivo Na Perspectiva da APS	Portarias e Documentos Orientadores	Financiamento	Dicas que Valem Ouro
	além de acesso a práticas integrativas e novas tecnologias. O objetivo é garantir um cuidado integral e adequado para essas pessoas.		Falciforme		de Práticas Integrativas para melhorar a qualidade de vida dos pacientes.
Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT)	A Política Nacional de Saúde LGBT é um divisor de águas para as políticas públicas de saúde no Brasil e um marco histórico de reconhecimento das demandas desta população em condição de vulnerabilidade. É também um documento norteador e legitimador das suas necessidades e especificidades, em conformidade aos postulados de equidade previstos na Constituição Federal e na Carta dos Usuários do Sistema Único de Saúde.	O objetivo da Atenção Básica na Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) é garantir o acesso a serviços de saúde que respeitem a diversidade sexual e de gênero, promovendo a saúde integral e a equidade.	Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais		Acesso Universal e Equitativo: Garantir que pessoas LGBT tenham acesso a serviços de saúde de qualidade, sem discriminação e com respeito à sua identidade de gênero e orientação sexual. Desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, com foco em questões relevantes para a população LGBT



LINHAS DE CUIDADO, POLÍTICAS E PROGRAMAS ACOMPANHADOS PELA DGC E SUA RELAÇÃO COM APS					
Temática	Descrição	Objetivo Na Perspectiva da APS	Portarias e Documentos Orientadores	Financiamento	Dicas que Valem Ouro
Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP)	A atenção básica será disponibilizada por meio das Equipes de Saúde no Sistema Prisional (ESP)		Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário e Plano Operativo Estadual de Saúde no Sistema Penitenciário Portaria nº 2.765/2014, e atualizações	O município que fizer a adesão à PNAISP poderá requisitar a habilitação, etapa facultativa, que envolve orçamento e repasse do incentivo federal, conforme Portaria Interministerial MS/MJ nº 2.298 de 09 de setembro de 2021 , para a manutenção das equipes de Atenção Primária Prisional (eAPP), também em consonância com as Portarias nº 60 de 26 de novembro de 2020 e nº 37 de 18 de janeiro de 2021. Tais equipes podem se organizar na modalidade essencial ou	



LINHAS DE CUIDADO, POLÍTICAS E PROGRAMAS ACOMPANHADOS PELA DGC E SUA RELAÇÃO COM APS					
Temática	Descrição	Objetivo Na Perspectiva da APS	Portarias e Documentos Orientadores	Financiamento	Dicas que Valem Ouro
				ampliada, a depender do número de pessoas em custódia, com repasse de incentivos financeiros de custeio mensal, que variam entre R\$ 4.000,00 e R\$ 61.500,00	
Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas - PNASPI	A saúde dos povos indígenas é orientada pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, instituindo a responsabilidade pela atenção primária à saúde nos territórios indígena ao Ministério da Saúde, especificamente a Secretaria Especial de Saúde Indígena-SESAI, através dos DSEIs.	A atenção integral à saúde indígena é composta por um conjunto de ações para a implementação da Atenção Primária à Saúde nos territórios indígenas. Estas ações visam promover a proteção, a promoção e a recuperação da saúde desses povos de maneira participativa e diferenciada,	Lei Arouca 9.836/99 Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas Povos Indígenas na Bahia	Segundo a Lei Arouca 9.836/99, o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena deverá ser financiado pela União. Na Bahia, a Área Técnica de Saúde Indígena solicitou a inserção das ações e serviços mais demandados pelos povos indígenas na Programação	Atenção integral à saúde Respeito Cultural: Entender e valorizar as tradições e práticas de saúde. Integrando saberes e práticas de saúde, incluindo a medicina tradicional. Participação Comunitária: Incentivar a participação ativa dos povos indígenas na formulação de



LINHAS DE CUIDADO, POLÍTICAS E PROGRAMAS ACOMPANHADOS PELA DGC E SUA RELAÇÃO COM APS					
Temática	Descrição	Objetivo Na Perspectiva da APS	Portarias e Documentos Orientadores	Financiamento	Dicas que Valem Ouro
		respeitando-se as especificidades epidemiológicas e socioculturais dos povos indígenas e articulando saberes no âmbito da atenção.		Pactuada e Integrada da Assistência à Saúde na Média e Alta Complexidade desde 2010, os municípios receberam recursos, para além dos que já existem, para a programação das ações e serviços para a assistência dos povos indígenas do território.	políticas de saúde. Capacitação Profissional: capacitar os profissionais de saúde para lidar com as especificidades culturais com um conceito amplo, que abrange determinantes sociais e ambientais.
Programa Nacional de Controle do Tabagismo	Potencializar a prevenção a iniciação do tabagismo, promover a cessação do tabagismo e proteger a população dos riscos do tabagismo.	Reduzir a prevalência de fumantes e, conseqüentemente, a morbimortalidade relacionada ao consumo de derivados do tabaco no Brasil, seguindo um modelo lógico onde ações educativas, de comunicação, de	Manual de apoio para adesão e monitoramento do Programa Nacional de Controle do Tabagismo no Estado da Bahia Institui o PNCT - Portaria GM/MS nº 502, de 1º de junho	Disponibilização de insumos mediante adesão quadrimestral: Manual do participante e do coordenador, bem como, terapia de Reposição de Nicotina - Adesivo transdérmico (7 mg,	A adesão ao Programa Nacional de Controle do Tabagismo - PNCT é quadrimestral, ou seja, deve ser preenchido sempre a cada 04 meses (jan - maio - set), para evitar períodos de interrupção da oferta



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SAÚDE - SESAB
DIRETORIA DE GESTÃO DO CUIDADO - DGC

LINHAS DE CUIDADO, POLÍTICAS E PROGRAMAS ACOMPANHADOS PELA DGC E SUA RELAÇÃO COM APS					
Temática	Descrição	Objetivo Na Perspectiva da APS	Portarias e Documentos Orientadores	Financiamento	Dicas que Valem Ouro
		atenção à saúde, com ações legislativas e econômicas.	de 2023 Tabagismo — Instituto Nacional de Câncer - INCA	14 mg e 21 mg), Goma de mascar (2mg) e pastilha (2mg); Cloridrato de Bupropriana - Comprimido (150 mg).	de insumos ao município
Rede Alyne/Materno Infantil	A Rede Alyne deve ser organizada de maneira a possibilitar o provimento contínuo de ações de atenção à saúde materna e infantil para a população de determinado território, mediante a articulação dos distintos pontos de atenção à saúde, do sistema de apoio, do sistema logístico e do sistema de governança da rede de atenção à saúde em consonância com o Planejamento Regional Integrado - PRI,	O objetivo da Rede Alyne na perspectiva da Atenção Básica é garantir que as mulheres tenham acesso a cuidados de saúde integrados, equitativos e de qualidade, contribuindo para a redução da mortalidade materna e a promoção da saúde feminina de forma ampla.	Portaria GM/ms Nº 5.350, DE 12 DE setembro DE 2024 - Rede Alyne		Capacitar continuamente os profissionais de saúde, oferecer acolhimento humanizado às gestantes, garantir acompanhamento regular e integrar os diferentes níveis de cuidado. A educação em saúde, a assistência multiprofissional, a atenção ao período pós-parto e o uso de práticas integrativas são fundamentais, assim como o envolvimento da comunidade e o uso



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SAÚDE - SESAB
DIRETORIA DE GESTÃO DO CUIDADO - DGC

LINHAS DE CUIDADO, POLÍTICAS E PROGRAMAS ACOMPANHADOS PELA DGC E SUA RELAÇÃO COM APS					
Temática	Descrição	Objetivo Na Perspectiva da APS	Portarias e Documentos Orientadores	Financiamento	Dicas que Valem Ouro
					de tecnologias para monitorar o cuidado materno, visando a prevenção de complicações e a melhoria da saúde materna.
Rede de Atenção Psicossocial	A Rede de Atenção Psicossocial, cuja finalidade é a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).	Na perspectiva da Atenção Básica, o objetivo da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) é promover a saúde mental de forma integral e acessível através das UBS, USFs, equipe de atenção básica para populações específicas (equipe de consultório na rua, equipe de apoio aos serviços do componente Atenção Residencial de Caráter Transitório) e Centros de Convivência.	<u>PORTARIA Nº 3.088, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011 - Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).</u>		Promoção da Saúde Mental: Fomentar ações que visem à prevenção de doenças mentais, promoção do bem-estar e fortalecimento da saúde mental da população; Desestigmatização e Inclusão Social: Combater o estigma relacionado às doenças mentais, promovendo a inclusão social das pessoas que vivenciam sofrimento psíquico, e criando espaços seguros para sua participação na



LINHAS DE CUIDADO, POLÍTICAS E PROGRAMAS ACOMPANHADOS PELA DGC E SUA RELAÇÃO COM APS					
Temática	Descrição	Objetivo Na Perspectiva da APS	Portarias e Documentos Orientadores	Financiamento	Dicas que Valem Ouro
					comunidade.
Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD)	A Rede de Cuidados organiza a atenção à saúde na perspectiva da integralidade e da equidade que envolve necessariamente a compreensão da saúde e da deficiência numa dimensão política, econômica e social na direção de superar a histórica exclusão a qual às pessoas com deficiência foram submetidas.	O objetivo da Atenção Básica na Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência é promover a saúde integral e a inclusão social das pessoas com deficiência, garantindo acesso a serviços de saúde, apoio e recursos adequados.	Plano de Ação Estadual - Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD)		Ampliar o acesso e qualificar o atendimento às pessoas com deficiência temporária ou permanente; progressiva, regressiva ou estável; intermitente ou contínua no SUS; Promover a vinculação das pessoas com deficiência; Garantir a articulação e a integração dos pontos de atenção das redes de saúde no território, qualificando o cuidado por meio do acolhimento e classificação de risco.